



**Município de Arcos de Valdevez**  
**Câmara Municipal**

---

PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA ADJUDICAÇÃO:

ELABORAÇÃO DO PROJETO DE EXECUÇÃO DA PORTA DO  
MEZIO – 2.ª FASE – PARQUE BIOLÓGICO

**Valor base: 30.000,00 Euros**

---

## Caderno de Encargos

Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro  
(Código dos Contratos Públicos)

## Caderno de Encargos

<b>CADERNO DE ENCARGOS</b>	<b>2</b>
CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS	2
Cláusula 1ª – Objeto	2
Cláusula 2ª – Contrato	2
Cláusula 3ª – Prazo	2
Cláusula 4ª – Dúvidas e esclarecimentos	2
CAPÍTULO II – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	3
Cláusula 5ª – Obrigações do fornecedor de bens	3
Cláusula 6ª – Prazo do fornecimento de bens	3
Cláusula 7ª – Objeto do dever de sigilo	3
Cláusula 8ª – Preço contratual	3
Cláusula 9ª – Condições de pagamento	3
CAPÍTULO III – GARANTIA DE CUMPRIMENTO	4
Cláusula 10ª – Garantia de cumprimentos contratual	4
CAPÍTULO IV – RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS	4
Cláusula 11ª – Foro competente	4
CAPÍTULO V – DISPOSIÇÕES FINAIS	4
Cláusula 12ª – Subcontratação e cessão da posição contratual	4
Cláusula 13ª – Legislação aplicável	4
<b>ANEXO A – CLÁUSULAS TÉCNICAS</b>	<b>5</b>
Cláusula 1ª – Preço contratual base	5
Cláusula 2ª – Prazo de execução dos serviços	5
Cláusula 3ª – Descritivo do projeto Parque Biológico do Mezio	5
Cláusula 4ª – Lista de projetos a apresentar	7

## CADERNO DE ENCARGOS

### CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

#### **Cláusula 1ª – Objeto**

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal **"ELABORAÇÃO DO PROJETO DE EXECUÇÃO DA PORTA DO MEZIO – 2.ª FASE – PARQUE BIOLÓGICO"**.

#### **Cláusula 2ª – Contrato**

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
  - a. Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
  - c. O presente Caderno de Encargos;
  - d. A proposta adjudicatária;
  - e. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no nº 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101º desse mesmo diploma legal.

#### **Cláusula 3ª – Prazo**

1 – O contrato mantém-se em vigor até à conclusão dos fornecimentos em conformidade com os respetivos termos e condições, proposta do adjudicatário e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

#### **Cláusula 4.ª – Dúvidas e esclarecimentos**

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças de procedimento devem ser solicitados pelos interessados por escrito, no primeiro terço fixado para a apresentação das propostas.
2. Os esclarecimentos a que se refere o número anterior serão prestados por escrito, até ao dia anterior ao do termo do prazo de apresentação das propostas, conforme estipula o artigo 116.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.

## CAPÍTULO II – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

### SECÇÃO I – OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR DE BENS

#### SUBSECÇÃO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

##### **Cláusula 5.ª – Obrigações do fornecedor de bens**

As obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais da celebração do contrato.

##### **Cláusula 6.ª – Prazo do fornecimento de bens**

O fornecedor obriga-se a efetuar a totalidade do fornecimento objeto do contrato até ao termo de prazo proposto, caso não seja efetuado antecipadamente.

#### SUBSECÇÃO II – OBJETO DO DEVER DE SIGILO

##### **Cláusula 7.ª – Objeto do dever de sigilo**

1. O fornecedor dos bens deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Arcos de Valdevez, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor dos bens ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladores ou outras entidades administrativas competentes.

#### SUBSECÇÃO II – OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE ARCOS DE VALDEVEZ

##### **Cláusula 8.ª – Preço contratual**

1. Pelo fornecedor de bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Arcos de Valdevez deve pagar ao fornecedor o preço constantes da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Município de Arcos de Valdevez.

##### **Cláusula 9.ª – Condições de pagamento**

1. A quantia devida pelo Município de Arcos de Valdevez nos termos da cláusula anterior, deve ser paga no prazo de 60 dias após a receção pelo Município de Arcos de Valdevez das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após a realização do fornecimento, devendo ser emitida uma fatura por cada requisição efetuada pelo Município de Arcos de Valdevez ou de harmonia com a discriminação que venha a ser determinada.
2. Em caso de discordância, por parte do Município de Arcos de Valdevez, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

3. Desde que devidamente emitidas e observando o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de cheque ou de transferência bancária.

### CAPÍTULO III – GARANTIA DE CUMPRIMENTO

#### **Cláusula 10.ª – Garantia de cumprimentos contratual**

1. O Município pode proceder à retenção de **10 %** do valor do pagamento a efetuar, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo fornecedor das obrigações contratuais ou legais ou para quaisquer outros efeitos especialmente previstos no contrato ou na lei.
2. Dada a natureza do contrato e o seu valor, é dispensada a prestação de caução pelo adjudicatário, de acordo com o n.º 2 do artigo 88.º do código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.

### CAPÍTULO IV – RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

#### **Cláusula 11.ª – Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo e fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro.

### CAPÍTULO V – DISPOSIÇÕES FINAIS

#### **Cláusula 12.ª – Subcontratação e cessão da posição contratual**

A subcontratação pelo fornecedor dos bens e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

#### **Cláusula 13.ª – Legislação aplicável**

A tudo o que não esteja especialmente previsto aplica-se o regime previsto no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro (Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável).

## ANEXO A – CLÁUSULAS TÉCNICAS

### **Cláusula 1.ª – Preço contratual base**

O preço contratual apresentado pelo concorrente contém todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Município de Arcos de Valdevez, incluindo as despesas de carga no seu armazém/estaleiro, sendo o preço contratual máximo aceite de **30.000,00 € (trinta mil euros)**, acrescido do IVA à taxa legal em vigor, se aplicável.

### **Cláusula 2ª – Prazo de execução dos serviços**

1. O prazo de execução do objeto do fornecimento previsto no atual procedimento de ajuste direto é de **60 dias**.
2. Este prazo considera ainda a entrega de toda a documentação técnica que acompanha o objeto do fornecimento, a colocação do referido objeto em local próprio, o seu ensaio operacional bem como a formação básica necessária para o seu normal funcionamento e manutenção.

### **Cláusula 3ª – Descritivo do projeto Parque Biológico do Mezio**

#### **OBJETIVO**

A criação de um parque biológico para a Porta do Mezio pretende promover, integrado na fase II, a educação ambiental e o direto contacto com a natureza, explorando e desenvolvendo mecanismos de aproveitamento da fauna e da flora local, retratando os seus vários aspetos. Inclusivamente o projeto poderá contribuir, não só para a preservação e valorização da natureza e da biodiversidade, como também, para estabelecer medidas que assegurem uma gestão ativa e adequada da área objeto de análise.

Assim o parque expõe, numa área afetada com cerca de 15ha, fronteira à zona de piqueniques e da piscina ao ar livre, uma seleção de 12 espécies animais autóctones, divididos em animais selvagens, como o caso do javali, da cabra bravieira e do veado, e em animais domésticos ou de quinta, como a galinha, a ovelha e a vaca, inseridos num espaço destinado a funcionar como quinta pedagógica, de acordo e em cumprimento com as regras de bem-estar animal.

O projeto, consiste exclusivamente, através da exposição de animais, evidenciar a componente faunística da sua paisagem. Ao visitante será permitida uma perspetiva e a noção exata do habitat e dos modos de vida dos animais do parque.

O parque permite assim, a recriação do habitat natural das espécies. Cada animal dispõe de um espaço de cercado ou gaiola, adaptado com estruturas de alojamento e abrigo, comedouro e bebedouro, e de vegetação própria de acordo com as condicionantes naturais de habitat de cada animal. A localização/implantação dos cercados foi pensada conforme as características dos animais e do terreno. As espécies selvagens necessitam de maior área de circulação, e de vegetação densa, e de menores cuidados veterinários, enquanto as domésticas, carecem de maiores cuidados veterinários, de limpeza e manutenção das cercas e dos alojamentos.

Dada a proximidade da área a intervir com o edificado existente da Porta do Mezio, pretende-se dar continuidade às valências existentes no local e das instalações da Porta. Assim torna-se apenas indispensável a construção de edificações de madeira para servir o parque no âmbito da medicina veterinária, do apoio a todas as valências do parque e do cuidado de animais enfermos.

## **CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA**

A área de intervenção diz respeito ao espaço existente numa zona pertencente ao Parque Nacional da Peneda-Gerês, de terrenos baldios, fronteiros aos edifícios da Porta do Mezio.

O local de intervenção é dotado de condições climáticas únicas, que influenciaram fortemente a proposta apresentada, bem como a escolha das espécies e materiais a aplicar.

É de referir também a presença de várias espécies arbóreas com grande interesse paisagístico e ornamental.

O terreno possui uma modelação com declive moderado e da forte presença de afloramentos rochosos no solo.

A totalidade da área de intervenção é aproximadamente de 78887 m<sup>2</sup>.

A Porta do Mezio assumiu como tema-forte a “Conservação da Natureza” que contribui para o acentuar da personalidade do local, alimentando meios para divulgar e facilitar o acesso ordenado à sua envolvente, definindo para isso uma “coroa” em função da dimensão e dos diferentes meios de locomoção, construindo uma estratégia de dispersão da procura e ao mesmo tempo de uma integração e complementaridade. Um dos objetivos da Porta do Mezio consiste na dinamização de ações de educação ambiental dirigidas aos visitantes, população local e especialmente à população escolar. Pretende-se educar os mais novos, na perspetiva de que eles possam difundir a informação junto da sua família/comunidade, e por outro lado contribuir para a educação ambiental sustentável daqueles que serão os futuros gestores/utilizadores deste território.

## **CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO**

O(s) projeto(s) a entregar deverá(ão) atender às definições gerais do presente documento. Os diferentes projetos deverão garantir os objetivos propostos e a sua correta integração inter-processual.

O programa funcional a considerar para o projeto deverá incluir:

- Vedação para o perímetro do Parque;
- Bloco de Apoio à manutenção do Parque em elementos pré-fabricados, com cerca de 150m<sup>2</sup>, contemplando os seguintes espaços:
  - o cozinha (30 m<sup>2</sup>);
  - o zona de recolha e gestão de resíduos (20 m<sup>2</sup>);
  - o zona de lavagem (30 m<sup>2</sup>);
  - o armazém de alimentos (25 m<sup>2</sup>);
  - o armazém de frutas e legumes (20 m<sup>2</sup>);
- Bloco veterinário com cerca de 50m<sup>2</sup>, contemplando os seguintes espaços:
  - o escritório /arquivo (15m<sup>2</sup>)
  - o instalações sanitárias (6m<sup>2</sup>)
  - o gabinete (20m<sup>2</sup>)

- Zona de quarentena com cerca de 120m<sup>2</sup> contemplando os seguintes espaços:
  - o balneário
  - o sala de carnívoros (15m<sup>2</sup>)
  - o sala de aves (15m<sup>2</sup>)
  - o sala de ruminantes (20m<sup>2</sup>)
  - o cercado exterior (20m<sup>2</sup>)
  - o arrumos (7m<sup>2</sup>)
- Definição das áreas, incluindo abrigos, zonas de comedouro e bebedouro, bem como vedações específicas, a afetar a cada uma das espécies a incorporar;
- Definição da tipologia de caminhos a considerar por forma a garantir uma circulação adequada no espaço, quer por parte dos visitantes, bem como das equipas de manutenção durante a fase de exploração;
- Elementos pré-fabricados para observação das espécies, nos casos aplicáveis (observatórios);
- Infra-estruturas elétricas necessárias aos edifícios de apoio, bem como para balizagem dos caminhos e iluminação pontual das áreas afetas a cada uma das espécies, para viabilizar as questões operacionais do parque;
- Infra-estruturas hidráulicas necessárias aos edifícios de apoio, bem como aos espaços destinados a cada uma das espécies.
- As soluções implementar deverão ser coordenadas com o departamento veterinário do adjudicatário.

#### **Cláusula 4ª – Lista de projetos a apresentar**

No âmbito do presente contrato, deverão ser fornecidos os seguintes projetos:

- ☐ Projeto de arquitetura
- ☐ Projeto de estabilidade
- ☐ Projeto de abastecimento de água
- ☐ Projeto de drenagem de águas residuais
- ☐ Projeto de drenagem de águas pluviais
- ☐ Projeto de Instalações e Equipamentos Elétricos
- ☐ Projeto de Arranjos Exteriores / Arruamentos

Por cada projeto de especialidade deverão constar os seguintes elementos:

- ☐ Memória descritiva e justificativa;
- ☐ Cálculos;
- ☐ Mapa de medições detalhadas;
- ☐ Condições técnicas especiais para a realização dos respetivos trabalhos.



Para além dos projetos de especialidades, deverão fazer parte do projeto geral de execução, os seguintes elementos:

- ☐ Mapa de Quantidades;
- ☐ Estimativa Orçamental;
- ☐ Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição;
- ☐ Plano de Segurança e Saúde;

Arcos de Valdevez, **31** de **maio** de **2016**.

O Presidente da Câmara,

---

Dr. João Manuel do Amaral Esteves